

A ATUAÇÃO DO IBAD EM GOIÁS.  
O PAPEL DOS DIÁRIOS ASSOCIADOS NAS ELEIÇÕES DE 1962:  
UM ESTUDO DE CASO DO JORNAL FOLHA DE GOYAZ

THE TIME OF CULTURE AND INDIVIDUAL AND COMMUNITY  
PERMANENCES IN CONTEXTS OF THE SOUTH WESTERN AMAZON

Pedro Henrique Rodrigues Magri

Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO)

[pedro.magri@hotmail.com](mailto:pedro.magri@hotmail.com)

**Resumo:**

Em 1961, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) recebeu do governo dos Estados Unidos mais de 2 bilhões de dólares para financiar a campanha de diversos candidatos que concorreram às eleições de 1962 no Brasil. Com o objetivo de ampliar a base de oposição ao presidente João Goulart no país, o IBAD subornou importantes veículos de comunicação para apoiar a campanha destes candidatos. Por meio de um estudo de caso, realizado em um dos principais veículos impressos de Goiás durante a década de 1960: o jornal Folha de Goyaz (propriedade grupo Diários Associados), o presente artigo identificará quem foram os candidatos financiados pelo IBAD e como o jornal buscou apoiá-los nos meses que antecederam ao pleito.

**Palavras-Chave:** Jornal Folha de Goyaz; Diários Associados; IBAD; Eleições de 1962.

**Abstract**

In 1961, the Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) received more than 2 billion dollars from the government of the United States to finance the campaign of several candidates who competed in the 1962 elections, in Brazil. In order to broaden the opposition base to President João Goulart in the country, IBAD bribed important communication vehicles to support the campaign of these candidates. Through a case study carried out in one of the main print media in Goiás during the 1960s: the Folha de Goyaz newspaper (owned by the Diários Associados group), this article will identify who the candidates were financed by IBAD and how the newspaper sought to support them in the months leading up to the election.

**Keywords:** Folha de Goyaz Newspaper; Diários Associados; IBAD; 1962 Elections.

## 1. Introdução

Em decorrência da crise política externa vivida com Cuba e o consequente acirramento das tensões entre Estados Unidos e União Soviética no período mais crítico da Guerra Fria (1945-1989), os governos Dwight Eisenhower (1953-1961) e John Kennedy (1961-1963) ampliaram suas políticas intervencionistas na América Latina. O alinhamento oficial de Cuba ao socialismo em

1961, fizeram com que os Estados Unidos designassem recursos para a criação de instituições e programas de combate ao comunismo na América Latina. Programas como a Aliança para o Progresso, criada em 1961 no governo Kennedy, e instituições como a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), são exemplos desta atuação norte-americana no continente (MAGRI, 2016).

No Brasil, a atuação norte-americana se deu de maneira mais efetiva a partir da década de 1960 por meio do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que funcionava como uma espécie de órgão mediador de finanças. Uma das responsabilidades do IBAD, era o repasse de verbas advindas do governo dos Estados Unidos e do empresariado norte-americano e brasileiro aos maiores meios de comunicação brasileiro para a difusão de propagandas de caráter anticomunista (DUTRA, 1963).

A decisão de intervir no Brasil se deu em relação a importante influência que o país exercia no jogo político do continente. Na condição de país mais populoso, maior economia e reconhecimento global, o Brasil era visto pelos Estados Unidos como a área de influência vital capaz de manter os demais países da América do Sul alinhados com o modelo capitalista. Sua perda, fatalmente, representaria o colapso da influência do capitalismo na América Latina (FICO, 2008).

Apesar da aliança histórica entre Brasil e Estados Unidos, no início dos anos 60, a relação entre ambos se estremecera. Isso porque, durante esse período, o Brasil elegeu dois presidentes que não inspiravam confiança alguma para que os Estados Unidos mantivessem a esperança quanto à erradicação definitiva da ameaça comunista no continente. Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964), adeptos da doutrina da “autodeterminação dos povos”<sup>1</sup>, promoveram uma ruptura paradigmática em relação à postura na política internacional do país. Ao pregar a livre e irrestrita liberdade comercial e diplomática, tanto em relação aos Estados Unidos quanto aos países do bloco soviético, tal postura brasileira, aliada ao período mais delicado da Guerra Fria, onde um confronto nuclear de alcance global entre as duas superpotências estava prestes a eclodir, fizeram com que o governo norte-americano tomasse atitudes radicais em relação ao Brasil.

---

<sup>1</sup> O princípio da autodeterminação dos povos foi definido na Carta das Nações Unidas em 1945, após o término da II Guerra Mundial. Com o intuito de estabelecer uma relação amistosa entre os países e selar a paz mundial, a autodeterminação garante aos povos de qualquer nação o direito de escolher seu próprio destino político e econômico, sem interferências externas.

Para os Estados Unidos, o cumprimento da sentença constitucional que garantia a Jango plenos direitos de posse à presidência, uma vez que este assumira em 1961 sob o regime parlamentarista, manteria o Brasil em um curso de aproximação com o lado soviético, tal como Jânio Quadros demonstrou fazer em seu governo ao condecorar Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul e autorizar as visitas do vice presidente João Goulart à China, União Soviética e outros países da chamada “cortina de ferro” (FICO, 2008).

Após a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961 e a frustrada tentativa dos militares brasileiros em impedir a posse de João Goulart, culminando no episódio conhecido como Campanha pela Legalidade, ocorrido entre os dias 25 de agosto e 7 de setembro 1961, uma solução mais drástica foi tomada. Esta direcionou o IBAD a agir de forma mais contundente na política interna brasileira afim de promover uma reforma política no país que o reconduzisse à direita. No entanto, para o cumprimento deste projeto, as eleições de 1962 que ocorreram para eleger representantes aos cargos de governador em 11 estados brasileiros<sup>2</sup> e em todo o país para senador, deputado federal, estadual e vereador, eram a melhor oportunidade (DUTRA, 1963)

Em Goiás, a atuação do IBAD se deu através de um esquema de manipulação política e midiática padronizada, reflexo de uma prática recorrente em todo o território nacional. Este instituto financiou a campanha de vários candidatos de renome no estado através do pagamento de diversos veículos de comunicação como os jornais: *O Popular*, *Folha de Goyaz* e *Cinco de Março*, além de meios de comunicação de vinculação com a Igreja Católica como: jornal *Brasil Central*, *Revista da Arquidiocese* e *Radio Difusora* de Goiânia. Estes veículos de comunicação ficaram incumbidos de convocar seus respectivos leitores a escolherem os candidatos indicados pelo IBAD nos meses próximos às eleições de 1962, fato comprovado pela análise de cada um dos veículos de informação citados (MAGRI, 2018).

Com base no exposto acima, através da análise de reportagens e colunas presentes no jornal *Folha de Goyaz*, o presente artigo mostrará como a imprensa goiana, financiada pelo IBAD, apoiou diversos candidatos aos principais cargos do poder legislativo a nível federal, estadual e municipal, com o intuito de ampliar a base de oposição ao governo de João Goulart durante as eleições de 1962, garantindo, desta forma, a manutenção dos interesses norte-americanos no país.

---

<sup>2</sup> Os estados de: Alagoas, Goiás, Guanabara, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte e Santa Catarina só elegeriam seus governadores em 1965.

## **2. A atuação do IBAD nas eleições de 1962.**

Atuando como o grande mediador e articulador dos interesses norte-americanos no Brasil, o emblemático Instituto Brasileiro de Ação Democrática foi criado em 1959 pelo economista e empresário brasileiro Ivan Hasslocher e presidido pelo deputado baiano João Mendes. Alegando ser uma associação civil formada, segundo seu fundador, com o intuito de “incentivar o surgimento da livre imprensa no país” (DUTRA, 1963, p.5), o IBAD foi uma associação formada por empresários brasileiros e estrangeiros que, sob a alegação de combater o avanço do comunismo, tentava controlar o clamor popular por reformas de base e projetos nacionalistas de criação de indústrias brasileiras, fatores que se mostravam prejudiciais aos negócios da elite empresarial estrangeira fixada no Brasil. (DUTRA, 1963).

Até 1961, o IBAD não teve impacto muito visível na política interna brasileira. O instituto operava de modo reservado, procurando apoio financeiro e humano das mais diversas fontes para garantir uma infraestrutura que lhe desse os subsídios necessários para ações futuras. Somente durante o governo Jânio Quadros, somado ao alinhamento oficial de Cuba ao socialismo, a instituição muda sua postura, passando a agir de maneira mais significativa na política do país. Tal mudança é motivada, ainda, pelas atitudes protagonizadas por Jânio Quadros como: o episódio da nomeação de um dos líderes da Revolução cubana de 1959, Ernesto Che Guevara, com a insígnia militar mais importante das forças armadas brasileiras<sup>40</sup> e a viagem de seu vice, João Goulart, à China e Rússia para estabelecer acordos econômicos. Tais atitudes fizeram com que a elite empresarial brasileira e o próprio governo dos Estados Unidos adquirissem uma imensa desconfiança quantos aos rumos políticos tomados pelo Brasil.

A polêmica renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961 se mostrou uma boa oportunidade para que os supostos planos comunistas de João Goulart fossem impedidos de prosseguir. Seu partido, o PTB, já apresentava maiores vínculos com os partidos socialistas e comunistas de menor expressão no cenário político nacional, fato que desagradava alguns setores do exército e a bancada de oposição ao PTB no Congresso Nacional (DA SILVA, 2007), formada, em sua maioria, por membros da UDN e do PSD. Diante desse impasse, uma junta militar formada pelos três ministros das forças armadas: Almirante Sílvio Heck, Marechal Odylio Denys e Brigadeiro Gabriel Grun Moss, aproveitando a ausência do vice-presidente, nomearam o Sr. Ranieri Mazzilli à presidência da República, desrespeitando flagrantemente a lei constitucional.

Este impasse durou apenas do dia 25 de janeiro até o dia 7 de setembro, pois um movimento iniciado no Rio Grande do Sul encabeçada pelo governador do estado: Leonel Brizola, deu início a uma ampla campanha difundida pelas rádios e jornais gaúchos a favor da posse do vice-presidente. Pregando discursos moralistas que visavam desestruturar o movimento dos militares antijanguistas, em pouco tempo, a Campanha Pela Legalidade ganhou amplo apoio da imprensa nacional e dos governadores de outros estados, em especial de Mauro Borges, Goiás, que junto com Leonel Brizola, se comprometeu a realizar uma resistência armada caso a Constituição não fosse respeitada (FERREIRA, 1997).

Nos dias que se seguiram, durante o mês de agosto, a junta militar sofreu enorme perda de prestígio frente à opinião pública brasileira. Sem o apoio da imprensa e da população, os militares desistem de se opor a Goulart. No dia 2 de setembro de 1961, com a anuência dos militares, Tancredo Neves, no exercício da função de Primeiro Ministro, assina a emenda constitucional alterando o regime político brasileiro para o parlamentarismo. Era o fim do impasse. João Goulart assumiu a presidência, mas seus poderes políticos ficaram restritos ao parlamento (FERREIRA, 1997).

Após os episódios narrados acima, o IBAD mudou completamente sua forma de agir no Brasil. Ainda que continuasse atuando de maneira sigilosa<sup>3</sup>, tentando manter ao máximo seu anonimato, algo que se tornou marca registrada dessa instituição, a posse de João Goulart tornou a participação da instituição mais contundente no Brasil. A posse de Jango serviu de justificativa para que o IBAD ampliasse sua captação de recursos, destinados a “comprar” a opinião dos mais importantes meios de comunicação do Brasil na época. Dentre os veículos de imprensa que estiveram a serviço do IBAD se destacavam: *Diários Associados* (propriedade de Assis Chateaubriand), *Folha de S. Paulo* (do grupo de Otávio Frias), *Estado de São Paulo*, *Jornal da Tarde* e *Radio El Dourado* de São Paulo (Grupo Mesquita), *Tv Record*, *Tv Paulista*, *Rede Globo* e o jornal *O Globo* (das Organizações Globo, propriedade do grupo Roberto Marinho), *Tribuna da Imprensa*

---

<sup>3</sup> A atuação do IPES/IBAD no país foi tão bem encoberta que, mesmo na época, os empresários e políticos que se filiaram ao instituto não assumiram abertamente sua posição. O que torna o apontamento de nomes algo muito incerto. Essa passagem relatada por René Dreifuss mostra a preocupação do complexo em manter sigilo absoluto no que diz respeito a suas ações: “Em 1962, a equipe do General Golbery destacou 200 militares das três Forças, enquanto Glycon de Paiva ofereceu uma lista de 200 políticos (do Congresso e governadores de Estado), 200 estudantes, 150 profissionais, 50 jornalistas, 50 empresários, 50 professores universitários e 100 associados do IPES de São Paulo, todos influentes “formuladores” de opinião, para receber e participar vitalmente da disseminação de material ideológico fornecido pela dite orgânica. Tornou-se a decisão de que o nome do IPES não deveria aparecer em muitas das publicações que fossem distribuídas.” (DREIFUSS, 1981, p.234).

(Carlos Lacerda) e jornal *A Noite* (Rio de Janeiro) (DREIFUSS, 1981).

O pesado investimento na imprensa possuía um objetivo muito claro: ampliar a base política que apoiava o instituto no Brasil. O IBAD, que contava com aproximadamente 155 membros na Câmara dos Deputados, atuava no Congresso Nacional por meio de uma célula dissidente: a Ação Democrática Parlamentar (ADP), composta, em sua maioria, por parlamentares filiados à União Democrática Nacional (UDN) e ao Partido Social Democrático (PSD). Os demais, eram deputados do Partido Republicano (PR), Partido Social Progressista (PSP), Partido Democrata Cristão (PDC), Partido Trabalhista Nacional (PTN), Partido de Representação Popular (PRP), Partido Libertador (PL) e um representante do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (LAMARÃO, 2009).

A atuação do IBAD/ADEP na política nacional fora imensa. A partir da década de sessenta, o complexo conseguiu obter informações detalhadas de diversos projetos de reforma do governo João Goulart, tais como: Remessa de Lucros, Reforma Tributária, Reforma Judicial, Habitação Popular, Reforma Eleitoral, Inflação, Reforma Constitucional, Reforma Agrária e Planejamento foram estudados e analisados minuciosamente pelos agentes da instituição. Através da “aliança” estabelecida com deputados senadores da ADP, o IBAD conseguia propor a alteração, veto e até proposta de novos projetos de lei no Congresso Nacional. A ADP agiu de forma tão contundente, que em março de 1963 o IBAD já havia submetido para análise do congresso o total de vinte e quatro projetos (CEHELKY, 1974).

Para ampliar sua influência política no Brasil através das eleições de 1962, segundo o depoimento de Hasslocher à CPI que investigou o IBAD<sup>4</sup>, somente para a ADP, a *Promotion*, empresa de Ivan Hasllocker responsável por redistribuir o dinheiro advindo do IBAD, destinou “2 bilhões e 440 milhões de cruzeiros para bancar todo o material de campanha dos 600 candidatos a deputado estadual, 250 a deputado federal”. Para a escolha desses candidatos, não eram levadas em consideração suas respectivas filiações partidárias, mas sim a orientação político-ideológica de cada um deles. Para se filiarem ao IBAD, eram priorizados os que já possuíam aspirações anticomunistas e os que não tinham qualquer restrição à aplicação de capital

---

<sup>4</sup> Em 1962 o deputado federal Eloy Dutra encabeçou uma comissão parlamentar de inquérito para investigar o IBAD, seus associados e o empresário Ivan Hasslocher, dono do instituto e um dos principais nomes por trás de todo o esquema. Após as conclusões obtidas mediante investigações da CPI, concluída em 1963, se confirmaram não apenas as acusações de financiamento ilícito da campanha de diversos candidatos, como também a participação ativa do governo norte-americano nesse escândalo de corrupção eleitoral (DUTRA, 1963).

estrangeiro ou à presença de empresas multinacionais no Brasil. (DUTRA, 1963).

Segundo informações dadas pelos compositores desta CPI que investigou fraudes nas eleições de 1962, o ex-deputado federal e vice-governador da Guanabara, Eloy Dutra e os deputados: Ulysses Guimarães (presidente da CPI) e Pedro Aleixo (relator), empresas multinacionais como: “Texaco, Pfizer, Ciba, Schering, Bayer, Belgo-Mineira, AEG, Herm, Stoltz, Coty e da mineradora Hanna Mining” eram grandes investidoras deste esquema. Além das empresas, o próprio governo dos Estados Unidos ficou encarregado de depositar enormes quantias, que por sua vez só cresciam à medida que as eleições de 1962 se aproximavam. O montante do dinheiro não era depositado diretamente na conta do IBAD, mas sim, na conta da *Incrementadoras de Vendas Promotion*, empresa publicitária de Ivan Hasslocher, abertas no *Royal Bank of Canadá*, *Bank of Boston* e *The National City Bank New York*. Após finalizar esse processo, o dinheiro era enviado ao IBAD, que ficaria responsável por fazer o repasse da verba para o IPES e aos políticos e candidatos da ADP. Os depósitos eram feitos sempre com quebras de 30, 40 ou 50 centavos, o que comprova a origem externa do dinheiro. “Trata-se de uma conversão cambial de moeda estrangeira, em depósitos sempre feitos em agências de bancos de outros países, que funcionam no Brasil” (DUTRA, 1963, p.53).

A atuação do IBAD se desenvolveu de forma bastante articulada, em forma de um esquema sofisticado que englobou todo o território nacional. Apesar de possuir status periférico no jogo político nacional naquela conjuntura, Goiás apresentava forte potencial de crescimento, sendo considerado um dos estados emergentes mais promissores do país. Deste modo, três importantes fatores podem ser apontados como causas que chamaram a atenção do IBAD para inserir o Goiás no esquema: a elevação da importância política de Goiás (decorrente do crescimento populacional percebido após a construção da nova capital: Brasília, fato que culminava em uma maior representatividade política do estado na Câmara dos Deputados<sup>5</sup>) (ARRIEL, 2017); O temor gerado pela presença comunista do PCB em Goiás (após o episódio das guerrilhas ocorridas em Trombas e Formoso em meados dos anos 1950); e atuação de Mauro Borges, aliado, naquele momento, do presidente João Goulart (MAGRI, 2018). A presença do instituto, como veremos a seguir, se comprova por meio da tentativa de manipulação eleitoral através do financiamento da campanha aos candidatos de oposição a João Goulart nos veículos de comunicação de importantes meios de comunicação goianos.

---

<sup>5</sup> Em 1962 Goiás contava com 13 representantes do estado no Congresso Nacional.

### 3. O esquema em Goiás

Em Goiás, a atuação do IBAD seguiu um esquema de corrupção de manipulação política e midiática padronizada, incidente em todo o território nacional. O complexo de Hasslocher financiou a campanha de vários candidatos de renome no estado através do pagamento a diversos veículos de comunicação, inclusive os de origem católica (jornal *Brasil Central*, *Revista da Arquidiocese* e *Radio Difusora* de Goiânia). Assim como ocorreu no jornal carioca *A Noite*, constantemente citado durante o andamento da CPI do IBAD, os jornais goianos acusados de participar do esquema aceitaram indicar, à seus respectivos leitores, os candidatos financiados pelo complexo nos meses próximos às eleições de 1962 (MAGRI, 2016).

A atuação do IBAD/ADEP em Goiás se confirma através de provas documentais anexadas à Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou o IBAD em 1963, onde o próprio Ivan Hasslocher confirmou a presença de um escritório da ADEP<sup>6</sup> (DUTRA, 1963). Por intermédio do IBAD, alguns políticos de grande renome no estado eram filiados à ADEP no Congresso Nacional, entre eles: “Anísio Rocha (PSD), Benedito Vaz (PSD), Emival Caiado (UDN), Alfredo Nasser, Dr. José Luís Bittencourt, Hermano Vieira da Silva e Castro Costa” (BORGES, 1990. 59).

Dentre os veículos de comunicação laicos atuantes no estado, o jornal *Folha de Goyaz*, era um dos mais influentes no período. Vinculado a maior empresa de comunicação do país: os *Diários Associados*, o *Folha de Goyaz* pertencia ao Grupo Assis Chateaubriand, que no início da década de 1960 esteve fortemente vinculado ao IBAD (DREYFUSS, 1981). A diretriz política adotada pelos *Diários Associados* impunha sobre seus filiados um padrão político-ideológico que envolvia todos os periódicos de sua posse no Brasil. A postura política definida pelo grupo era reflexo da conduta adotada por seu fundador, o megaempresário Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, responsável pela gestão de verdadeiro império midiático com mais de oitenta veículos de comunicação (impressos, revistas, emissoras de rádio e televisão) a sua disposição no país. Envolvido em diversas tramas políticas que marcaram a história do Brasil, a trajetória profissional de Assis chateaubriand é permeada por constantes parcerias com o governo,

---

<sup>6</sup> A Ação Democrática Popular foi uma organização criada no primeiro semestre de 1962, com o objetivo de canalizar recursos para os candidatos contrários ao presidente João Goulart que concorrerem às eleições legislativas e para o governo de 11 estados naquele mesmo ano. (ADEP, 2009)



onde a enorme influência que sua ampla rede midiática possuía, garantia a manutenção dos interesses do grupo (LIMA, 2001).

Entre 1961 e 1962, o Folha de Goyaz chegou a reproduzir diversas colunas encaminhadas pela própria sede dos Diários Associados, localizada no Rio de Janeiro, cujas colunas eram compostas por análises políticas a respeito do governo João Goulart com ênfase na figura comunista que era atribuída à sua imagem. Tais colunas foram publicadas no Folha de Goyaz que, em algumas oportunidades, tiveram como autor o economista e ex-ministro da fazenda Eugênio Gudín, crítico ferrenho do presidente. Em uma destas colunas, Gudín acusa João Goulart de tentar implantar no Brasil uma “república sindicalista”, semelhante a da Bolívia. Para concluir este objetivo, Gudín afirma que mesmo diante do déficit orçamentário de 300 bilhões de dólares, o presidente, interessado apenas em ampliar seus poderes, autorizou o repasse de verbas feito pelo governo federal à membros da União Nacional dos Estudantes (UNE) e sindicatos de transportes, o que configuraria “compra de apoio” político destes setores. Endossando o que havia dito o candidato ao senado federal Juracy Magalhães, Gudín afirma que: “o plebiscito realizado em 6 de janeiro de 1963 não decidirá apenas a questão do regime político adotado no país, mas sim, a redução ou ampliação dos poderes de Jango, que não é digno de confiança” (GUDÍN, 1962, p. 4-5).

Por vezes, colunas de opinião política escritas pelo próprio Assis Chateaubriand foram publicadas no Folha de Goyaz. No entanto, o conteúdo dos textos escritos pelo empresário eram mais comedidos em relação ao presidente João Goulart. Em nenhuma delas, Chateaubriand o atacou diretamente. Suas críticas se direcionavam às decisões do presidente, sendo estas mais contundentes quando se tratava das pessoas que compuseram seu governo. Em um destes casos, publicado na edição de 17 de agosto de 1962, Chateaubriand critica duramente o ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas, pelo fato deste ter se mostrado contrário a retirada de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA) durante a reunião de chanceleres dos países americanos em Punta del Este (Uruguai). Ao final da coluna, Chateaubriand faz um alerta em relação a instalação do comunismo no Brasil por meio dos sindicatos e ligas camponesas, reforçando, ainda, a importância da manutenção do programa Aliança Para o Progresso na América como um eficiente mecanismo de combate a este.

Além das publicações das colunas políticas, o Folha de Goyaz passou apoiou

deliberadamente os candidatos indicados pelo IBAD para as eleições de 1962, dentre os quais se destacam para os cargos federais: Anísio Rocha, Alfredo Nasser, Benedito Vaz, Odorico Santana, Peixoto da Silveira, Wagner Estelita Campos e Wilmar Guimarães.

As matérias políticas e o espaço reservado no jornal para dar suporte aos candidatos, ficavam, na maioria das edições, localizados na coluna *Política & Políticos*, tradicionalmente na quarta página do jornal. Nesta sessão, além da divulgação da rotina de campanha dos candidatos, os comunicados da Aliança Eleitoral Pela Família (ALEF<sup>7</sup>) também estiveram presentes.

No decorrer de toda a campanha eleitoral, a ALEF se engajou para que seus comunicados não ficassem restritos apenas ao público católico. Da mesma forma que havia feito veículos de comunicação católicos que circulavam em Goiás, diversas colunas do Folha de Goyaz alertavam seus leitores a seguirem a indicação da ALPF para escolha dos candidatos apoiados pela igreja. Na edição do dia 27 de setembro de 1962, o Folha de Goyaz divulga, na íntegra, duas importantes listas emitidas pela própria ALEF. A primeira, com os nomes dos candidatos que seriam apoiados pela Aliança:

Aliança Eleitoral Pela Família- Comunicado Oficial

A Aliança Eleitoral pela Família do Estado de Goiás, pela unanimidade de seus conselheiros presentes, dá publicidade aos nomes de candidatos que apoiaram incondicionalmente o seu programa e ora se submetem à apreciação e julgamento do eleitorado esclarecido:

Para SENADORES: Jerônimo Coimbra Bueno; José Feliciano Ferreira; Pedro Ludovico Teixeira.

Para DEPUTADOS FEDERAIS: -PSD: - Anísio Rocha, Benedito Vaz, Galeno Paranhos, Gerson de Castro Rocha, José Cruciano de Araújo, José dos Santos Freire, José Ludovico de Almeida, José Peixoto da Silveira, Odorico Leite Santana.

Coligação UDN-PSP-PDC: Alfredo Nasser Alfredo Nasser, Antônio de Lisboa Machado, Cesar da Cunha Bastos, Emival Caiado, José Ludovico de Almeida, Manoel Demóstenes Barbo Siqueira, Nicanor de Faria e Silva, Wagner Estelita Campos e Wilmar Guimarães.

PTB: Antônio Rezende Monteiro (Folha de Goyaz, 27 set. 1962, p. 5).

A segunda lista continha dados mais curiosos. Objetivando fazer uma propaganda

---

<sup>7</sup> A Aliança Eleitoral Pela Família (ALEF) foi uma associação civil de vinculação religiosa atuante em pelo menos seis estados brasileiros. Agindo com o intuito de orientar e formar a consciência do eleitorado católico sobre os pontos fundamentais da doutrina e estrutura familiar social cristã, a ALPF estabelecia uma espécie de pacto eleitoral entre os seus filiados (eleitores), os partidos e os candidatos. Ou seja, sua função consistia em orientar o eleitorado católico a escolher os candidatos por ela indicado, rechaçando, desta forma, aqueles candidatos considerados de inclinação comunista. Muitos dos candidatos apoiados pela ALPF eram, também, financiados pela ADEP, o que sugere uma parceria estabelecida entre Igreja Católica e o complexo IBAD/ADEP. (ALEF, 2009).

reversa, no sentido de denegrir a imagem de alguns candidatos específicos, a ALPF, além de retirar seu incentivo à campanha desses candidatos, faz questão de publicar o nome de cada um deles, deixando claro ao público leitor que tais candidatos não eram considerados de confiança por parte da Aliança. Segundo a ALPF, os candidatos que não apresentavam uma conduta “adequada”, foram aqueles cuja postura se tornara incompatível com a ideologia defendida pela Igreja. Dentre os candidatos expurgados, apenas um concorria ao senado: Geraldo de Araújo Vale (PL). De acordo com a lista publicada em Folha de Goyaz no dia 27 de setembro de 1962, para a câmara federal foram recusados os nomes dos candidatos: Dario Délio Cardoso, Geraldo D’Abadia Pina, Pedro Celestino Filho e Sebastião Júlio de Aguiar, todos filiados ao PSD. Na coligação UDN-PSP-PDC, foram retirados o apoio aos candidatos: Cleonice Mota Marcondes, Jales Machado de Siqueira, Jayro Cardoso Junqueira e João Rodrigues Leal e do PTB, Doriocan Curado, Floriano Catarinense Peixoto, Haroldo Silva Duarte, José Eduardo Soares, Lisandro Vieira da Paixão e Tindaro Pereira, além de dezenas de candidatos à assembleia legislativa. Em contrapartida, aos candidatos que se mantiveram na lista da ALPF, todo o apoio midiático para suas respectivas campanhas foi fornecido pelo Folha de Goyaz.

Embora a lista com os nomes de todos os candidatos tenha sido liberada somente no final de setembro de 1962, data próxima às eleições que aconteceriam em 7 de outubro, a mobilização da ALPF e do Folha de Goyaz para promover a campanha destes já ocorria desde o primeiro semestre de 1962. Cotidianamente, o jornal expunha a rotina de campanha dos candidatos, seus feitos passados na política e futuros projetos. Dentre os candidatos citados pelo Folha de Goyaz com intuito promocional, os de maior destaque foram: Anísio Rocha, Alfredo Nasser e Benedito Vaz. Apontados quase que cotidianamente pelo jornal.

#### **4. Os candidatos do IBAD em Goiás**

Baiano de Palmeiras, Anísio Rocha já demonstrava precocemente sua vocação para a política. Ainda no início da graduação de direito, cursado na Universidade do Rio de Janeiro, Rocha ingressou no movimento estudantil, sendo fundador do Comitê Universitário Pró-Candidatura de Eurico Dutra à presidência da República, favorável a reconstitucionalização do Brasil.

Importante político de Goiás e com uma carreira bem consolidada no estado, Anísio Rocha foi deputado federal pelo PSD, eleito pela primeira vez em 1954, onde ocupou

ininterruptamente o posto por dois mandatos consecutivos, permanecendo até 1962. Após selar mais uma vitória como deputado federal nas eleições de 1962, manteve sua postura crítica em relação ao presidente João Goulart, sendo um dos articuladores do movimento militar que forçou a renúncia do presidente em 1964. (ROCHA, 2009).

Mesmo Anísio Rocha tendo apoiado a posse de João Goulart à presidência da república durante a Campanha Pela Legalidade, a postura crítica em relação ao presidente foi constante durante todo seu governo. Desde a escolha do gabinete ministerial, as críticas à Jango não cessaram. Ao contrário, aumentaram a medida que as eleições ficavam próximas. Anísio Rocha era um dos parlamentares mais ativos no que se refere à oposição ao governo, sendo flagrado, constantemente, subindo ao palanque da Câmara dos Deputados para criticar as nomeações feitas pelo presidente para integrar seu corpo de ministros. Além dos frequentes ataques de Rocha à nomeação de Santiago Dantas, já abordadas no tópico referente ao jornal *Brasil Central*, quase todos os outros ministros escolhidos pelo presidente também desagradavam o deputado udenista e seu partido.

Em 03 de junho de 1962, o jornal Folha de Goyaz publicou trechos de um discurso de Anísio Rocha à Câmara dos Deputados durante uma sessão. No discurso em questão, Rocha contesta veementemente a escolha do gabinete ministerial de Tancredo Neves (primeiro-ministro), com aval de João Goulart, sob a justificativa de que a escolha representava um desrespeito constitucional em razão do caráter provisório que seu governo possuía. As críticas se tornam ainda mais contundentes quando Rocha passou a atacar diretamente vários ministros escolhidos por Jango sob a acusação de que alguns deles estariam ocupando os cargos que lhes foram designados, com o intuito exclusivo de atender a interesses particulares (pessoais e de terceiros que os financiaram)<sup>8</sup>. Na coluna em questão, o deputado afirmou que o esquema de corrupção se configurava por meio de troca de favores entre os ministros e grandes empresários do país. Segundo ele, estes empresários, visando a obtenção de vantagens de cunho político, se dispuseram a financiar aspirações eleitorais futuras dos ministros citados. Segundo a coluna:

Como podemos esperar que o Sr. Gabriel Passos renuncie a cobertura dos tubarões que dependem do seu ministério, cobertura que promete ao ministro das energias autofinanciáveis a cadeira de senador?

---

<sup>8</sup> Os ministros em questão são: Tancredo Neves (Primeiro Ministro) Gabriel dos Passos (Ministério de Minas e Energia), Estácio Gonçalves Solto Maior (Ministério da Saúde), Armando Monteiro Filho (Ministério da Agricultura) Ulisses Guimarães (Ministro da Indústria e Comércio) e Juarez Távora (Ministério dos Transportes).

Que ilusão podemos alimentar quanto ao desprendimento do Sr. Souto Maior que saiu do anonimato total em que vivia para um lugar no Conselho de Ministros?

Que sonho angelical esperamos que o intelectualmente e biologicamente púbere Sr. Armando Monteiro desista agora de ser candidato peessedista ao governo pernambucano, contra todas as condições políticas?

[...] O Sr. Ulisses Guimarães não vai querer desfalcar do poderio de seu ministério tão ligado aos cafeicultores e aos industriais para enfrentar os seus concorrentes amparados nas fortunas pessoais [...]

[...] Esses ministros não podem pensar no povo e no país se o tempo que dispõe ainda acham pequeno para cuidar de si mesmos e da sua camarilha, dos seus cabos eleitorais, dos seus currais de votos, esquecidos da angustiosa situação do povo brasileiro. E como não podem brigar uns com os outros, eles conseguiram consolidar a mais estranha união nacional de que há notícia nesta República: a união nacional dos espertos e aproveitadores que neste momento conduzem os negócios quase sempre mal conduzidos desta infeliz República<sup>9</sup>. (Jornal Folha de Goyaz, 3 jun. 1962, p. 6).

A propaganda de Anísio Rocha veiculada ao Folha de Goyaz foi extremamente focada em enaltecer a imagem do candidato ao longo da campanha. Passando aos leitores a ideia de um político extremamente correto, cumpridor de suas obrigações como deputado federal e detentor de um grande apreço pela população goiana, o jornal relatou, em diversas oportunidades, como na coluna *Política & Políticos* do dia 31 de julho de 1962, o ovacionamento com o qual o candidato foi recebido pela população interiorana do estado em seus comícios de campanha.

Além de Anísio Rocha, outro candidato que divida a atenção do Folha de Goyaz como uma de suas principais apostas para as eleições de 1962 foi Alfredo Nasser, presente tanto na lista da ALPF quanto na do IBAD (BORGES, 1990).

Em 1962, Alfredo Nasser foi nomeado por Tancredo Neves como ministro da Justiça durante o governo Jango. Apesar do pouco tempo de serviço prestado nesta função, em decorrência da renúncia coletiva do gabinete ministerial em junho de 1962, Nasser defendeu o reatamento das relações comerciais e diplomáticas do Brasil com a União Soviética, dando segmento à política externa adotada pelo ministro das Relações Exteriores do governo Jango: San Tiago Dantas (NASSER, 2001).

A rotina de campanha de Alfredo Nasser, que consistia nas visitas às cidades goianas, foi reportada pelo Folha de Goyaz de maneira intensa. Sua enorme popularidade no estado, fruto de uma vida pública renomada<sup>10</sup>, o tornava um forte candidato a vitória ao cargo de deputado

---

<sup>9</sup> Precisamos Destruir a Influência do Poder Econômico: Anísio Rocha. Folha de Goyaz. Goiânia. 3, jun. 1962. p. 6.

<sup>10</sup> Advogado e jornalista, Alfredo Nasser iniciou a notoriedade em carreira política em 1930 quando, na condição de deputado estadual, participou da Aliança Liberal, movimento aliado ao PRM (Partido Republicano Mineiro) e outras lideranças políticas do Rio Grande do Sul e da Paraíba que apoiaram a candidatura de Getúlio Vargas às

federal. Antes mesmo da ALPF oficializar seus candidatos de predileção, o IBAD já tinha Alfredo Nasser em mente, autorizando a publicação de sua propaganda nos veículos de comunicação parceiros do instituto.

Benedito Vaz fora outro candidato amplamente apoiado pelo Folha de Goyaz que, assim como Alfredo Nasser, também apareceu na lista da ALPF e do IBAD (BORGES, 1990). Benedito Vaz, que já era deputado federal por Goiás desde 1951, buscava no pleito de 1962 prolongar seu mandato por mais quatro anos. Atuado sempre pelo PSD, segunda legenda com maior número de candidatos financiados pelo IBAD no Brasil, o candidato era nome forte do partido, sendo um político de enorme prestígio no estado devido aos cargos de deputado estadual e federal que acumulou ao longo de sua carreira política iniciada em 1947.

Para apoiar Benedito Vaz, o Folha de Goyaz montou para ele uma estratégia de propaganda diferenciada em comparação aos demais candidatos. Apostando na promoção da imagem do candidato através do enaltecimento dos projetos de lei propostos por ele no decorrer do seu último mandato como deputado federal, em diversas edições, várias colunas contendo anúncios das realizações de Vaz estiveram presentes. Em uma delas, a sessão *Política & Políticos* divulgou a apresentação de uma emenda orçamentária, proposta por Vaz, que previa o envio de 50.00000.00,00 de cruzeiros para a pavimentação de uma rodovia que ligaria algumas cidades do interior goiano (Benedito Vaz. *Política & Políticos*. Folha de Goyaz. Goiânia. 22, jul. 1962). Esta estratégia pode ser notada novamente em outra coluna da sessão *Política & Políticos* do dia 1 de setembro de 1962:

#### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

O deputado Benedito Vaz apresentou projeto à câmara dos deputados criando o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª região com sede em Goiânia. Justificando seu projeto que visa atender aspirações generalizadas dos trabalhadores de Goiás, que lhes foram transmitidas por líderes sindicais de Goiânia. O deputado Bendito Vaz disse que o grande progresso do Centro-Oeste justifica plenamente um Tribunal do Trabalho em Goiânia, que é a cidade ideal para sua sede, vez que fica a meio caminho de Brasília e Cuiabá [...] (Folha de Goyaz, 01 set. 1962, p. 4).

Embora parecessem despretensiosas, com a aparente impressão de que o jornal apenas se interessava em transmitir aos leitores os projetos de Benedito Vaz, é notório o caráter

---

eleições de 1930. Após a golpe de estado aplicado por Vargas em 1930, Nasser é escolhido para auxiliar o governo do primeiro interventor do Goiás: Carlos Pinheiros Chagas. Durante sua carreira política, Nasser exerceu os cargos de deputado estadual em uma oportunidade, três mandatos a deputado federal, um mandato a senador, além de ter sido nomeado para ocupar o Ministério da Justiça em uma ocasião.

promocional presente por trás dessas notícias. Isto se torna mais evidente se levarmos em conta o fato de que os projetos de lei propostos por deputados de partidos da base aliada do governo, como o PTB, não foram sequer mencionados pelo *Folha de Goyaz*. Apesar da utilização recorrente deste artifício promocional para o candidato, também foram reservados espaços no jornal destinados à publicação de sua foto, seguidas da convocação direta para que os leitores optassem por ele nas eleições de outubro. Esta forma de divulgação não era comum a todos os candidatos, sendo destinada apenas para os que possuíam maior destaque no jornal, como foram os casos de Anísio Rocha, Alfredo Nasser e Benedito Vaz.

Em relação aos demais candidatos apoiados pelo IBAD mencionados por Borges (1990), o jornal deu prosseguimento na promoção de suas respectivas campanhas através da estratégia de representá-los como favoritos aos cargos pelos quais concorriam. Este exemplo pode ser evidenciado nesta coluna do dia 22 de julho de 1962:

#### DEPUTADOS

Observadores políticos admitem que o Partido Social Democrático conseguirá eleger nas eleições de 7 de outubro próximo de sete a oito deputados. Tem-se como certa a eleição dos Srs. Anísio Rocha, Castro Costa, Benedito Vaz, Geraldo de Pina, Pedro Celestino e José Freire. Os demais candidatos disputaram o número de oito que, possivelmente poderá eleger-se pelo Partido Social Democrata. (*Folha de Goyaz*, 22 jul. 1962, p. 4).

Embora aparecessem com menos frequência no *Folha de Goyaz*, alguns dos deputados mencionados acima tiveram suas rotinas de campanha e agenda de comícios expostos pelo jornal sempre que alguma nova cidade era visitada durante a campanha. Na verdade, este foi um padrão que se repetiu de forma muito bem organizada pelo jornal, que ao longo do segundo semestre de 1962, conseguiu cobrir a campanha de todos os candidatos que apareceram na lista do IBAD e da ALPF.

## 5. O resultado das eleições

Mesmo com todo o empenho empreendido durante a campanha de 1962 a nível nacional, o IBAD não obteve êxito em seu principal objetivo: ampliar a bancada de oposição no congresso nacional para enfraquecer politicamente o presidente João Goulart (DUTRA, 1963). A quantidade de parlamentares eleitos não conseguiu alterar significativamente o equilíbrio entre direita e esquerda no congresso (DA SILVA, 2007). A apuração dos votos, finalizada em 16 de outubro, mostrou a derrocada dos candidatos do instituto com a ampliação da representatividade

do PTB na Câmara dos Deputados. O partido do presidente apresentou a maior margem de crescimento de votos em comparação com as eleições anteriores, realizadas em 1960, passando de 177.583 para 190.034 parlamentares (LOPES, 2013). No quadro nacional de deputados eleitos, o PTB ficou em segundo lugar, com 116 cadeiras, perdendo somente para o PSD, com 118. Já a UDN, maior força de oposição, apresentou uma queda considerável, ficando com apenas 91 cadeiras (PORTAL CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014).

Embora o IBAD tenha sofrido nova derrota ao dividir a maioria dos governadores com o PTB, devemos salientar que nem todos os candidatos vinculados a UDN e ao PSD possuíam alguma relação com o IBAD. A vitória do PTB, de fato, representou uma dificuldade imensa para que o instituto mantivesse os interesses norte-americanos assegurados no Brasil, uma vez que a base favorável a João Goulart estava fortalecida. No entanto, nem sempre a vitória de um candidato da UDN ou do PSD para algum cargo administrativo implicava, necessariamente, em uma vitória a favor do IBAD. Isso porque, alguns candidatos do PTB, em menor número se comparados a UDN e o PSD, possuíam vínculos com o instituto. Como mostra René Dreifuss:

De um total de 110 parlamentares, cujo mandato dependia de financiamento da rede Ipes/Ibad/Adep que, em troca, comprava a posição de cada um contra as reformas estruturais reivindicadas pelo Executivo nacional-reformista, 46 pertenciam à UDN, 37 ao PSD, 5 ao PRP, 5 ao PTB, 4 ao PTN, 4 ao PSP, 3 ao PDC, 3 ao PR, um ao PL, um ao PRT e um ao MTR (KORNIS, 2014).

Contrapondo-se ao resultado geral das eleições nacionais, em Goiás, quase todos os candidatos apoiados pelo IBAD e pela Arquidiocese de Goiânia obtiveram vitória para os cargos que concorreram. A coligação PSD-UDN, a que se filiaram a maioria dos candidatos vinculados ao IBAD, foi a detentora do maior número de votos no estado para os cargos federais, contabilizando 146.490 votos contra 48.341 do PTB. No Senado Federal, o IBAD obteve êxito absoluto no estado, pois os dois candidatos apoiados pelo instituto foram eleitos: Pedro Ludovico Teixeira (PSD) e José Feliciano de Almeida (PSD), com 197.707 e 168.150 votos respectivamente<sup>11</sup>.

Para os cargos de deputado federal, das 13 vagas disponíveis para o estado, venceram oito candidatos do IBAD. Pela coligação PSD-UDN os candidatos foram: José dos Santos Freire, nome mais votado do estado, com 24.257 votos, José Peixoto da Silveira, com 22.655 votos, Anísio Rocha 15.738 votos e Benedito Vaz 13.794 votos. Pela coligação UDN-PSP- PDC: Alfredo

---

<sup>11</sup> Dados estatísticos: eleições federais, estaduais, realizadas no Brasil em 1962 e em confronto com anteriores. Referendum 6.163, v. 6. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados. Acesso em 18, dez, 2017.



Nasser 12.994, José Ludovico de Almeida 12.656 e Emival Caiado 12.542. Por fim, pelo PTB: Antônio Rezende Monteiro, com 20.671.

Na esfera estadual, para os cargos disponíveis na assembleia legislativa, a coligação composta por PDC-MTR foi a grande vencedora com 128.607 votos contabilizados, contra 66.092 da UDN-PSP e 37.310 do PTB-PSB.

O resultado das eleições de 1962 em Goiás nos mostram que para os cargos federais, cujos investimentos financeiros do IBAD foram maiores em função do objetivo principal de ampliação das cadeiras da ADP no Congresso Nacional, houve uma vitória incontestável por parte dos candidatos do instituto. No entanto, não devemos atribuir esta vitória, exclusivamente, em razão do apoio do IBAD, embora este tenha sido decisivo. A maioria dos candidatos financiados em Goiás possuíam suas carreiras políticas consolidadas, sendo políticos de muito renome no estado. O que devemos nos atentar, é que mesmo diante deste aparente favoritismo no processo eleitoral, muitos destes conhecidos políticos goianos aceitaram os recursos ilícitos advindos do instituto com o intuito de assegurar o sucesso de suas respectivas campanhas. Ainda que a vitória do IBAD em Goiás pouco tenha contribuído para alterar significativamente a força política de João Goulart no Congresso Nacional, o resultado nos mostra uma grande atuação do instituto no estado em articulação com importantes setores que representam um dos pilares da sociedade brasileira, como a Igreja Católica.

Por maiores que tivessem sido os esforços do IBAD em manter-se anônimo, deixando de fora do conhecimento público toda sua ligação com candidatos que apoiava e a origem ilícita de seus recursos, este plano também fracassou. Em 1962 o deputado federal Eloy Dutra encabeçou uma comissão parlamentar de inquérito que abriu investigação contra o instituto, seus associados e contra o empresário Ivan Hasslocher, dono do IBAD e um dos principais nomes por trás de todo o esquema. Após as conclusões obtidas mediante investigações da CPI, se confirmaram, não apenas as acusações de financiamento ilícito da campanha de diversos candidatos, como também a participação ativa do governo norte-americano em um dos maiores escândalos de corrupção eleitoral da história do Brasil (DUTRA, 1963).

Em 1963, a CPI foi concluída e o complexo IBAD/ADEP/ADP foi declarado ilegal por Jango, que pôs fim definitivo às suas atividades no Brasil. No entanto, mesmo com o fim do IBAD, a participação norte-americana na política brasileira não se encerrou. Os Estados Unidos continuaram atuando clandestinamente na política nacional por intermédio de outros

mecanismos, buscando novas formas que permitiriam a conclusão com êxito de seu objetivo inicial: a queda de João Goulart.

## **6. Considerações Finais**

Com base nas evidências apresentadas pela CPI do IBAD de 1963 e através de um estudo de caso realizado por meio de observações de fontes jornalísticas impressas entre os anos de 1961 e 1962, obtidas por meio do *Folha de Goyaz*, periódico filiado ao Grupo Assis Chateaubriand, foi possível identificar quem foram os candidatos apoiados pelo IBAD em Goiás para as eleições de 1962.

A presença do IBAD em Goiás, nos mostra, sob uma perspectiva microhistórica, que o estado esteve inserido na estrutura macroespacial da Guerra Fria, sofrendo as consequências diretas geradas pelo embate travado entre Estados Unidos e União Soviética durante os anos mais tensos deste conflito. A presença comunista em Goiás em importantes movimentos sociais durante a segunda metade dos anos 1950; a projeção política do estado no Brasil em decorrência do crescimento demográfico proporcionado pela construção de Brasília, associado ao desejo do IBAD em controlar, por intermédio da imprensa, em especial os *Diários Associados*, o Congresso Nacional brasileiro, chamaram a atenção deste instituto para o estado, permitindo que toda essa abrangente estrutura conspiratória estivesse nele presente.

Por fim, concluímos que a escolha da imprensa impressa como principal forma de propaganda para promover os candidatos do IBAD, bem como a representação da imagem comunista de João Goulart pelos jornais que aceitaram se associar ao instituto, se justifica pelo alto poder que esta detém em legitimar discursos. Associado a este fato, a baixa diversidade de meios de comunicação presentes no Brasil durante a década de 1960 contribuiu para que grandes corporações midiáticas, como os *Diários Associados*, detentoras de um verdadeiro monopólio, agissem com o intuito de formar uma opinião política específica para o grande público (HALLIN&MANCINI, 2007). Se tal resultado não pôde ser atingido ainda em 1962, durante o processo eleitoral, este projeto gerou frutos posteriores, evidenciados durante o golpe de 1964. Desta vez, contando com a adesão de uma parcela muito maior da sociedade brasileira.

## **Referências**

ACÇÃO Democrática Popular (ADEP). In: CPDOC/FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2009. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acao-democratica-popular-adeq>. Acesso em: 13, out. 2017.

ALIANÇA Eleitoral Pela Família. Comunicado Oficial. Folha de Goyaz. Goiânia. 27 set. 1962, p. 5

ALIANÇA Eleitoral Pela Família (ALEF) In: CPDOC/FGV. Rio de Janeiro. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2009. Disponível em: <http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-eleitoral-pela-familia-alef>. Acesso em 13, out. 2017.

ANÍSIO de Alcantara Rocha. In: CPDOC/FGV. Rio de Janeiro. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/anisio-de-alcantara-rocha>. Acesso em 13, out. 2017.

ARRIEL, Marcos Fernando. *A Dinâmica Produtiva e Espacial da Indústria Goiana*. Universidade Federal de Goiás. Instituto de Estudos Socioambientais. Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia. Tese de doutorado. Goiânia, 2017.

BENEDITO Vaz. *Política & Políticos*. Folha de Goyaz. Goiânia. 22, jul. 1962

BORGES, Dalva. *1964 em Goiás: O Ovo da Serpente. (Militares e Proprietários de Terras na Gestão da Ditadura)*. BC/UFG. Goiânia, 1990.

CEHELKY, Kathleen M. *The Policy Process in Brazil: land reform 1961-1969*. Dissertação de doutorado. New York, Columbia Univ, 1974.

DA SILVA, João Carlos Ferreira. *Assaltos ao Parlamento: estudo comparativo dos episódios do Ibad e do Mensalão*. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Brasília, 2007.

DEPUTADOS. *Folha de Goyaz*. Goiânia. 22 jul. 1962, p. 4.

DREIFUSS, René. *A Conquista do Estado*. Editora Vozes. 3ed. Petrópolis, 1981.

DUTRA, Eloy. *Sigla da Corrupção*. Editora Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro, 1963.

FERREIRA, Jorge. A Legalidade Traída: os Dias Sombrios de Agosto e Setembro de 1961. *Tempo*, Rio de Janeiro, Vol. 2, nº 3, 1997.

FICO, Carlos. O Grande Irmão. Da operação *Brother Sam* aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2008.

GUDIN, Eugênio. À Ditadura e ao Comunismo por Via Legal. *Folha de Goyaz*. Goiânia, 1, set. de 1962. p. 4-5.

HALLIN, D; MANCINI, P. *Un estudio comparado de los medios en América Latina*. In: DIAZ NOSTY, B. (Ed.). *Medios de Comunicación. El escenario iberoamericano*. Madrid: Ariel, 2007.

INSTITUTO Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). In: CPDOC/FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2009. Disponível em: <http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-brasileiro-de-acao-democratica-ibad>. Acesso em: 13, out. 2017.

KORNIS, Mônica Almeida, “Parlamentarismo Sim ou Não”. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Parlamentarismo\\_sim\\_ou\\_nao](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Parlamentarismo_sim_ou_nao). Acesso em 15. mar, 2020.

LIMA, Ana Paula Pereira. *Assis Chateaubriand e Silvio Santos: Patrimônios da Imprensa Nacional*. UFRJ. Rio de Janeiro, 2001.

LOPES, Guilherme Esteves Galvão. *As Eleições de 1962 na Guanabara: A Consolidação de Brizola no Cenário Político Nacional (Monografia)*. UERJ. Rio de Janeiro. 2013.

MAGRI, Pedro. A Interferência Norte-Americana Na Política Interna Brasileira: O Caso do jornal A Noite. *Revista Mosaico*, v. 9, n. 2, p. 267-278, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/4590>. Acesso em: 02, jan. 2020.

MAGRI, P. H. R. *Interferência Norte-Americana na Imprensa Goiana: Um Estudo de Caso das Eleições de 1962*. Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Formação de Professores e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2018.

NASSER, Alfredo. In: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ªed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

PORTAL CÂMARA DOS DEPUTADOS. Dados estatísticos: eleições federais, estaduais, realizadas no Brasil em 1962 e em confronto com anteriores. *Referendum 6.163*. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/13038#>. Acesso em: 05 de mar. 2020.

PRECISAMOS destruir a influência do poder econômico: Anísio Rocha. *Folha de Goyaz*. Goiânia. 3, jun. 1962. p. 6.

TRIBUNAL Regional do Trabalho. *Folha de Goyaz*. Goiânia. 01 set. 1962, p. 4.

\*\*\*

#### Sobre o autor:

**Pedro Henrique Rodrigues Magri:** Historiador, Bacharel em Direito e professor da educação básica. Mestre (2018) em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Licenciado (2014) em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Bacharel (2022) em Direito pela Universidade Salgado de Oliveira- UNIVERSO-GO. Atualmente, seus interesses de pesquisa se concentram na história do Brasil contemporâneo, especialmente as décadas de 1950 e 1960 do século XX, ditaduras militares na América Latina, Guerra-Fria e as estratégias de controle político norte-americano nos países latino-americanos durante a Guerra-Fria.

\*\*\*

**Artigo recebido para publicação em:** 05 de abril de 2021.

**Artigo aprovado para publicação em:** 27 de julho de 2022.

\*\*\*

**Como citar:**

MAGRI, Pedro Henrique Rodrigues. A atuação do IBAD em Goiás. O papel dos diários associados nas eleições de 1962: um estudo de caso do jornal Folha De Goyaz. *Revista Transversos*. Dossiê: Novos paradigmas de desenvolvimento para a América Latina: (re)emergência étnica e resistência indígena no tempo presente. Rio de Janeiro, n.º. 25, 2022. p. 160-180. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/58927>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2022.58927

